



Fernando Collor de Mello —

Tem 39 anos e seu primeiro cargo público foi o de prefeito nomeado de Maceió, pela Arena. Em 1983, foi eleito deputado federal pelo PDS e votou no Colégio Eleitoral no candidato de seu partido, Paulo Maluf — padrinho de seu segundo casamento. Em 1986, foi eleito governador de Alagoas pelo PMDB. GANHOU notoriedade quando começou a "caçar marajás e funcionários fantasmas", o que durou todo o seu governo. Fez oposição ao governo José Sarney e defendeu quatro anos de mandato durante os trabalhos da Constituinte. Deixou o PMDB no ano passado e criou o PRN para disputar as eleições presidenciais. Passou a defender, ultimamente, o parlamentarismo, mas é contra a antecipação do plebiscito previsto para 1993. É um político de centro-direita.

□ **Moralização da administração pública, enxugamento da máquina com privatização de estatais, caça incessante aos marajás e cadeia para os corruptos.** É com essa preocupação básica que o ex-governador de Alagoas e caçador de marajás, Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, pretende resolver os graves problemas do País, se for eleito Presidente da República.

Nos 18 temas abordados pelo **Jornal de Brasília**, Collor deu respostas evasivas ou calçadas em um discurso que tinha o objetivo de atingir o eleitorado sem que fosse mantido um compromisso prévio. Um exemplo disso foi o tratamento dado à questão da reforma agrária, onde o candidato disse apenas que "isso é um imperativo social imprescindível para a redução da violência no campo e o êxodo rural". O candidato do PRN não esclareceu em nenhum instante como, quando e por onde pretende começar esta reforma.

Mas pretende, através da retomada do crescimento, reaver o poder aquisitivo dos salários para, em uma segunda etapa, proporcionar ganhos reais que, segundo ele, "surgirão naturalmente com o equilíbrio da economia". O governo continuaria a estabelecer as re-

gras salariais, pois Collor afirma que "as leis de mercado são incapazes de promover incremento dos salários, independente das variações da conjuntura". A nova Constituição, na sua opinião, restabeleceu o poder aquisitivo dos aposentados.

Educação e Saúde são prioridades neste governo que se propõe a convidar a iniciativa privada para colaborar nestes setores. Collor acha que a União, estados e municípios devem se esforçar para garantir o ensino de 1º e 2º graus. As universidades teriam a instrumentalização dos setores privados, enquanto no sistema de saúde "imperará o pluralismo assistencial". Collor considera uma "falsa dicotomia" a estatização ou privatização da saúde.

O candidato que também promete acabar com o inchaço e desperdício da máquina administrativa, garante ainda uma ampla revisão na política de incentivos fiscais para sanear as finanças do Estado. Não admite a decretação da moratória e defende a renegociação e descentralização da dívida externa. Isso significa que cada Estado, município, empresa estatal ou privada ficará responsável pelo pagamento e renegociação de sua dívida.